

**RELAÇÃO ENTRE ESTRUTURA AGRÁRIA E PARTICIPAÇÃO
CÍVICA: uma análise nas mesorregiões Centro-sul e Sudoeste do
estado do Paraná**

**RELATION BETWEEN THE AGRARIAN STRUCTURE AND
CIVILIAN PARTICIPATION: an analysis of the south-center and
south-west middle regions Parana state.**

Ellen Fernanda Ghisi

Universidade Estadual de Ponta Grossa
ellenghisi@hotmail.com

Sandra Andrea Engelmann

Universidade Estadual de Ponta Grossa
sandraenge@gmail.com

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Universidade Estadual de Ponta Grossa
llagc2@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do trabalho é analisar a estrutura agrária entre duas mesorregiões – centro-sul e sudoeste do Paraná - relacionando-as com os índices de participação cívica. O ponto de referência para a análise é a estrutura agrária diferenciada das mesorregiões, sendo a mesorregião centro-sul centrada em grandes propriedades e a sudoeste, em pequenas propriedades rurais, ligadas à agricultura familiar. Os dados foram coletados do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Essas informações foram organizadas na forma de tabelas Excel ou na forma de mapas temáticos, criados no software Quantum GIS 1.5.1. Os resultados do trabalho mostraram que a mesorregião sudoeste é a que apresenta melhores indicadores de participação cívica. Desta forma, defende-se a agricultura familiar como o modelo que resulta em melhores índices de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Estrutura agrária. Participação cívica. Mesorregião Centro-sul. Mesorregião Sudoeste. Paraná.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the agrarian structure between two middle regions: south-center and south-west region of Parana state. In order to relate them with the civilian participation ranking. The start point is based in the differences between the agrarian structures, thus south-center is based in large properties and the south-west in small properties, being connected to the family agriculture. The databases were collected

from Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, Parana Institute of Social and Economic Development – IPARDES, and Superior Electoral Tribune – TSE. These databases were organized in the Excel board and in the thematic maps, build in the Quantum GIS 1.5.1 software. The result shows that the southwest region presents better ranking of civilian participation. So, the present paper shows that the familiar agriculture is the main model to get better results in the regional development ranking.

Keywords: Agrarian structure. Civic participation. South-central region. Middle region southwest. Paraná.

Introdução

A forma de ocupação do território que predominou no Brasil foi a que concentrou grandes propriedades de terras nas mãos de poucas pessoas. Esta é uma das raízes para as grandes desigualdades sociais existentes atualmente no país, uma vez que, aliada à concentração de terras, também ocorre a concentração de renda e de poder político.

Entretanto, vale ressaltar que este processo de formação da estrutura agrária não foi homogêneo por todo espaço brasileiro. Sobretudo nos três estados da região sul – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – verifica-se que a ocupação do espaço por imigrantes em pequenas e médias propriedades foi expressiva.

Desta forma, considera-se uma regionalização clássica do estado do Paraná que divide o estado em três grandes regiões: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste. Cada uma destas regiões passou por um processo histórico e geográfico específico, resultando a formação da estrutura agrária diferenciada que é uma das características mais marcantes desses processos.

O primeiro grande processo foi aquele que se iniciou no século XVII da área litorânea do Paraná até os campos de Guarapuava e Palmas, passando pelos campos de Curitiba, Ponta Grossa, Lapa e Castro, formando o chamado Paraná Tradicional. Esta ocupação é centrada na formação de grandes latifúndios por luso-brasileiros que se utilizavam da mão-de-obra escrava e tinham como principais atividades a criação de gado, o tropeirismo e, nas matas que circundavam os campos, o extrativismo da erva-mate e da madeira.

O segundo iniciou-se na segunda metade do século XIX, quando a grande região Norte começou a ter intensificada a sua ocupação, sobretudo por mineiros e paulistas que expandiram a atividade cafeeira para os solos férteis da região.

O terceiro e último grande processo histórico e geográfico é o que conclui a ocupação efetiva do Estado. Correspondeu à colonização efetiva da grande região sudoeste por colonos catarinenses e rio-grandenses. Este processo foi centrado em pequenas propriedades, nas quais se desenvolvia, principalmente, uma agricultura de subsistência juntamente com a criação de porcos.

Foram estes três grandes eventos os responsáveis por formar a diversidade territorial fundamental do Paraná e, a partir dela, cada grande região traçou sua própria trajetória de desenvolvimento. Neste contexto é que se estabeleceu o recorte espacial do trabalho. Buscou-se comparar duas mesorregiões: centro-sul e sudoeste do Paraná (conforme figura 1), que são muito distintas entre si, em termos de estrutura agrária, e que fazem parte, respectivamente, das grandes regiões Paraná Tradicional e Sudoeste.

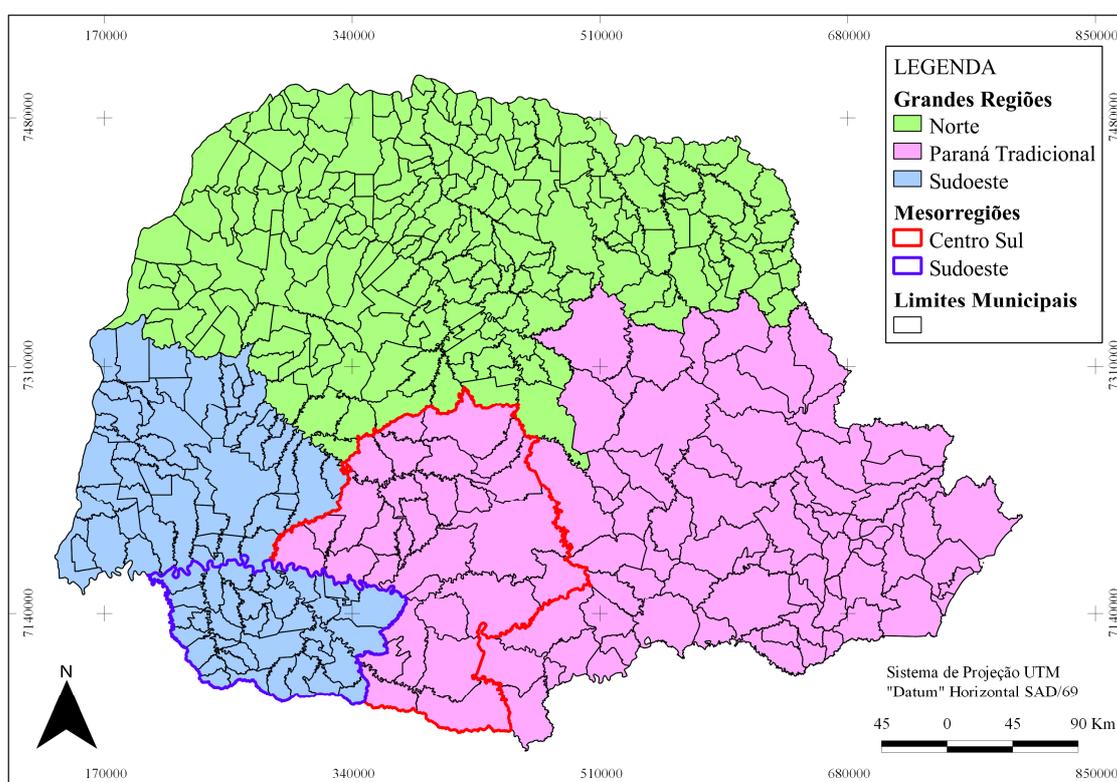


Figura 1 - Localização das Grandes Regiões e mesorregiões centro-sul e sudoeste do Paraná. Organização: GHISI, Ellen (2010). Fonte: IBGE.

A mesorregião centro-sul insere-se no processo histórico e geográfico de formação do Paraná tradicional, portanto, colonizada dentro da lógica colonial portuguesa caracterizada pela concentração de terras. Enquanto a mesorregião sudoeste insere-se no processo histórico e geográfico de formação da grande região sudoeste, que foi ocupada de forma efetiva, sobretudo, por imigrantes sulistas que marcaram a região pela presença predominante da agricultura familiar.

O principal objetivo do trabalho é comparar o índice de participação cívica apresentado pelas mesorregiões centro sul e sudoeste, tendo como ponto de referência para esta análise a estrutura agrária diferenciada de cada mesorregião.

No presente artigo, trabalha-se com a regionalização proposta por Machado (1951) e sintetizado por Balhana, et al., (1969), que divide o Estado do Paraná em três grandes regiões: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste, levando-se em conta os principais processos histórico-geográficos que definiram sua formação territorial. Na citação que segue, os autores definem esses três grandes processos:

Na década de 1960(...) todo o estado do Paraná esta com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes problemas de terras. Encontram-se e começam a confundir-se as três ondas de povoamento, a do Paraná Tradicional que se expandia desde o século XVII, de Paranaguá a Curitiba, pelas regiões de Campos, com a criação de gado, e depois com a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a do Paraná moderno, aquela da agricultura tropical do café que, pela origem e interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo e; a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas três ondas criou seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades (BALHANA, et al., 1969 *apud* SILVA, 2007, p.61).

A ocupação diferenciada entre as regiões do Paraná gerou trajetórias de desenvolvimento com características muito específicas para cada grande região.

Optou-se em trabalhar com a definição de agricultura familiar presente na lei brasileira nº 11.326/2006, que possui, sobretudo, um significado prático, sendo utilizada para a formulação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. De acordo com o disposto no artigo 3º desta lei, sancionada em 24 de julho de 2006

(...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.1).

A definição institucional de agricultura familiar mostra-se bastante abrangente, já que considera para sua delimitação: o tamanho da propriedade, o trabalho ser predominantemente familiar, a gestão familiar, além de a renda familiar ser predominantemente gerada no estabelecimento. No meio acadêmico este conceito gerou um debate mais aprofundado e criterioso, no qual se busca refletir, em especial, sobre os condicionantes que cercam estes atores sociais. Porém, como nosso objetivo maior é buscar compreender como a agricultura familiar vem sendo trabalhada dentro das discussões sobre desenvolvimento, não se concentrou esforços sobre a reflexão teórica sobre o conceito em si.

A agricultura patronal é definida neste trabalho, como todo tipo de agricultura que não é familiar, portanto, que não atende aos requisitos dispostos pela lei nº 11.326/2006.

De acordo com Abramovay (1997, p.75-76.), “é com base na agricultura familiar que se constitui a potência agrícola” dos países capitalistas centrais, sendo o trabalho assalariado no espaço rural pouco significativo nestes países. Ao contrário, em nações como o Brasil, África do Sul, Colômbia, “e praticamente toda América do Sul o peso econômico e territorial das grandes extensões territoriais baseadas no trabalho assalariado é decisivo”. O autor ainda argumenta que não é por coincidência que esses países, com forte tradição latifundiária, são marcados pela “concentração da renda e pela pobreza”.

Pacheco (2004, p.2) argumenta que a agricultura patronal baseia-se em práticas tais como: “cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas”. As principais conseqüências decorrentes desse modelo são a “destruição de paisagens e ecossistemas, degradação ambiental com erosão dos solos, diminuição e poluição das reservas de água e assoreamento dos rios, erosão genética”. Do ponto de vista social,

essa agricultura desestrutura a diversificação das atividades agrícolas, concentra terras e provoca a migração da população rural para as cidades.

Neste sentido, Veiga (2002) ressalta que os espaços onde predomina a agricultura patronal são os menos favoráveis ao dinamismo rural, pois:

Suas elevadíssimas rendas *per capita* fazem lembrar aqueles emirados árabes do Oriente Médio, incapazes de diversificar suas economias apesar das imensas rendas fundiárias proporcionadas pela exploração petrolífera. Pior, são paisagens tão monótonas, com solos e água tão contaminados por agroquímicos, que já não podem aproveitar uma das principais vantagens comparativas das zonas rurais do século 21: a atração de residentes temporários, aposentados, famílias em férias, turistas, esportistas, congressistas (VEIGA, 2002, p.72).

O autor complementa a análise afirmando que, em comparação com áreas rurais dos Estados Unidos, nota-se que quando os agricultores se especializaram em cultivos que poupam trabalho, como é o caso dos grãos, sobretudo a soja, “deixaram de estimular no próprio entorno a evolução diversificada de outras iniciativas” que poderiam criar oportunidades locais de negócios e empregos para a população.

Em relação à vida política do espaço rural, Abramovay (1997) defende que a agricultura familiar pode ser a base para a formação de uma sociedade civil no meio rural, pois imprime um novo dinamismo ao conjunto da vida municipal, neste sentido:

É um elemento decisivo para que haja a pressão social na oferta racionalizada de serviços (transportes, educação, comunicações, eletricidade) e, portanto para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no campo, condição básica, evidentemente, para que o meio rural passe a funcionar como manancial de possibilidades na luta contra a exclusão social. (ABRAMOVAY, 1997, p.76-77)

Abramovay (1997, p.77) ainda argumenta que hoje onde predominam as grandes fazendas não existe vida política e associativa no meio rural, as funções socializadoras que eram realizadas pelas “grandes fazendas coloniais desapareceram com a expulsão de seus moradores e não foram substituídas por instituições públicas voltadas às necessidades da maioria”.

Neste sentido, Veiga (2002) reforça o fato de a maioria dos países desenvolvidos, ao contrário do Brasil, optou por dar subsídios aos agricultores familiares, e estes hoje já estão recusando tais subsídios, pois ao optarem pela pluriatividade já não dependem tanto das atividades primárias, e passam a compor a classe média destes países.

Formação territorial da mesorregião Centro-sul do Paraná

A mesorregião centro-sul do Paraná situa-se no terceiro planalto paranaense, abrange uma área de 2.638.104 hectares, que corresponde a quase 13% do território do estado (IPARDES, 2004a). É composta por 29 municípios que estão agrupados em três microrregiões geográficas: microrregião geográfica de Pitanga (seis municípios), microrregião geográfica de Guarapuava (dezoito municípios) e microrregião geográfica de Palmas (cinco municípios) (IPARDES, 2000). Conforme mostra a figura 2:

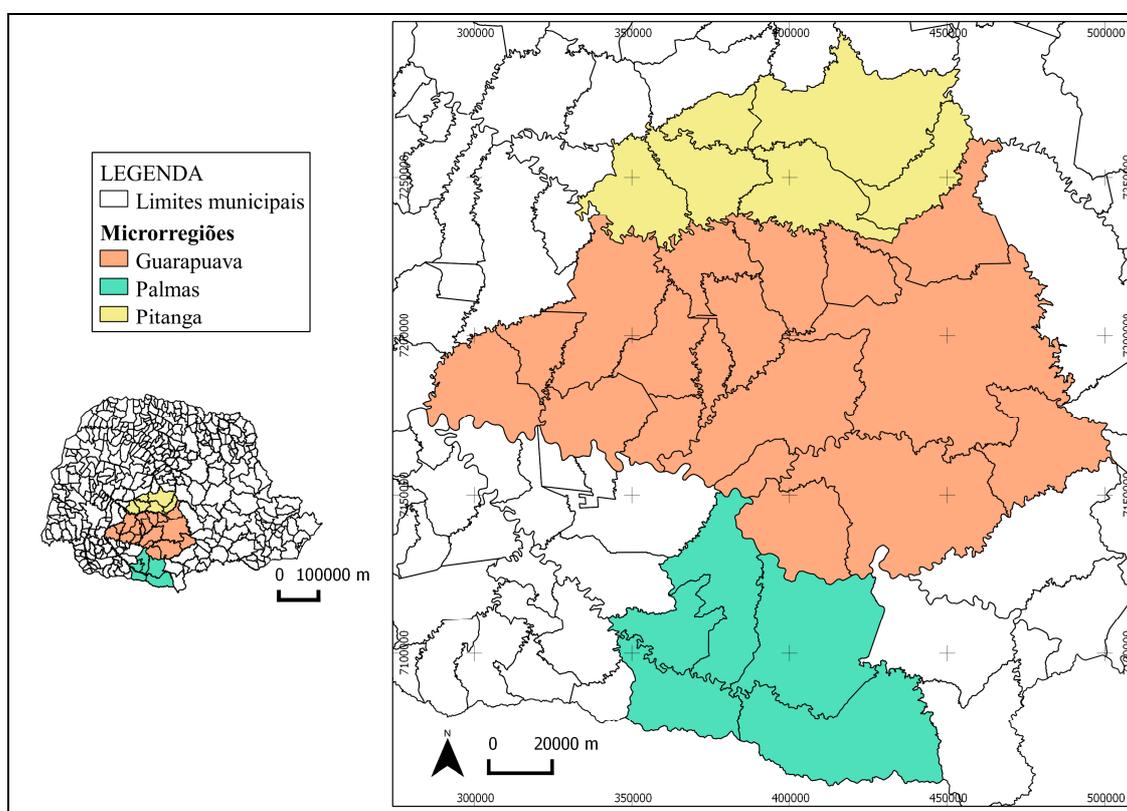


Figura 2 - Mapa de localização da mesorregião centro-sul do Paraná, dividida em microrregiões e municípios.

Organização: GHISI, Ellen (2010).

Fonte: IBGE.

A mesorregião centro-sul está inserida no processo histórico e geográfico de ocupação da grande região Paraná Tradicional, sendo esta a primeira grande região a ser efetivamente ocupada no estado.

Remontam ao século XVII os primeiros indícios de ocupação portuguesa no litoral paranaense, motivados pela busca do ouro nos aluviões do sopé da Serra do Mar. A busca

pelo ouro motivou ainda, no século XVII, a subida da Serra do Mar até o primeiro planalto paranaense, dando origem às primeiras povoações ao redor de Curitiba.

No entanto, os mineradores não encontraram ouro em quantidade significativa no primeiro planalto, então passaram a ter como a principal atividade econômica, segundo Silva (2007), a criação de gado. Cunha (2003, p.34) destaca que o desenvolvimento desta atividade econômica está diretamente relacionado às características físicas do planalto curitibano, que apresenta relevo predominantemente plano e “vegetação rasteira própria para alimentação do gado”. Entretanto, conforme frisa o mesmo autor, entre as imensas áreas de campo, onde dominava a criação de gado por luso-brasileiros, existem as áreas de matas, onde se passou a desenvolver uma pequena agricultura.

Ainda na primeira metade do século XVII, outra atividade econômica se estabeleceu no Paraná: o tropeirismo. Esta prática consistiu no movimento de tropas de gado levados das zonas produtoras (sobretudo, Viamão, no Rio Grande do Sul), aos centros consumidores (Feira de Sorocaba, em São Paulo), passando então pelos campos do Paraná.

Muitos fazendeiros paranaenses passaram a ser tropeiros, pois, como salienta Waschovicz (1977, p.72), “a formação de uma tropa requeria quantias razoáveis, sendo em sua maioria de seus proprietários homens abastados e de destaque”, por isso, os fazendeiros, que na época eram proprietários de grandes extensões de terra e possuíam maior poder aquisitivo é que virariam tropeiros.

Também se alugava pastos para os tropeiros para que os animais em trânsito se recuperassem para seguir viagem até São Paulo (CUNHA, 2003). Foi desta maneira que gradativamente a criação de gado foi sendo substituída pelo tropeirismo e pela invernagem no Paraná Tradicional.

De acordo com Cunha (2003, p.37), como os fazendeiros luso-brasileiros dominavam as áreas de vegetação campestre, sobrava aos imigrantes, que eram “uma pequena população livre estabelecida nos campos”, os capões de matas que ficavam no meio dos campos nas grandes fazendas. Nesses capões esses “agregados” das fazendas desenvolviam uma agricultura de subsistência centrada em pequenas propriedades. Esse fato, segundo Cunha (2003, p.41), caracteriza a estrutura fundiária da mesorregião. Assim como em outras regiões do Brasil, no Paraná Tradicional a grande exploração agropecuária conviveu com a pequena, resultando no “sistema latifúndio – minifúndio!”.

Com a crise da atividade tropeira, a erva-mate, que já era importante economicamente, e largamente consumida pela população local, acaba se destacando ainda mais, sendo exportada, sobretudo para Argentina, Uruguai e Chile. Também a industrialização da madeira ganha impulso, assim como “outras atividades industriais, instigadas pelos imigrantes” e pelos antigos tropeiros que passam a investir nesses setores (SILVA, 2007, p.44)

Cunha (2003) destaca que com a crise da atividade tropeira muitos fazendeiros empobrecidos e parte dos agregados dessas fazendas, além de muitos trabalhadores autônomos, integraram-se nas fazendas de ervais.

Nesta época já existiam grandes fazendas nessas áreas de matas mistas. A presença destas fazendas “era resultado da apropriação de terras realizadas anteriormente pelos fazendeiros e ou tropeiros dos campos paranaenses”, os quais, ao atravessarem as matas “com as suas tropas de animais, passaram a requerer ou ocupar tais terras” (CUNHA, 2003, p.43-44)

Parte dessa população que migrou em decorrência da crise do tropeirismo inseriu-se nas fazendas prestando sua força de trabalho para a atividade ervateira, outra parte menor ocupou pequenos lotes e passou a sobreviver como trabalhador avulso na colheita e processamento da erva-mate nos períodos de maior necessidade de mão-de-obra. Essa população passou a compor uma “massa de trabalhadores do mate, com seus pequenos estabelecimentos de subsistência, por posse ou concessão, o que acabou por caracterizar a região com predominância de mini e pequenas propriedades” (YU, 1988, p. 31 *apud* Cunha, 2003, p.38).

De acordo com Silva (2007, p.44), a atividade madeireira também teve grande importância na ocupação da mesorregião centro-sul. A região chamava a atenção por ser rica em algumas espécies, como exemplo o pinheiro do Paraná, carvalho, imbuia e cedro. A madeira também passou a ser exportada, sobretudo após 1900, porém, como salienta a própria autora, esta atividade não conseguiu dinamizar a economia da mesorregião centro-sul, sobretudo pelo fato de sua extração ser praticada por grupos argentinos e ingleses e seus lucros não ficavam no local. Após 1940, essa atividade passa a ser mais dinâmica com a organização de serrarias e indústrias madeireiras.

Um pouco mais tarde que as outras regiões do Paraná, a partir de 1950, a mesorregião centro-sul do Paraná recebeu um contingente de migrantes e imigrantes que incluiu novas dinâmicas na estrutura agrária da mesorregião, quando a “a prática da pecuária extensiva e da agricultura tradicional” foi em parte substituída “por uma pecuária mais racional e pela produção de grãos para o consumo interno e para a exportação” (SILVA, 2007, p.74). Mas a estrutura fundiária pouco se alterou, pois o modelo de agricultura em expansão, após este período, não só nesta região, mas em todo Brasil, se sustenta também em grandes propriedades, porém a diferença é que agora se produz de maneira intensiva, com grande uso de máquinas, equipamentos agrícolas e fertilizantes com o objetivo de potencializar a produção, sobretudo de grãos para exportação. De acordo com IPARDES (2004, p.25), na mesorregião centro-sul “a modernização agropecuária somente se intensificou a partir dos anos 80, quando também se fortaleceu sua integração com outras áreas mais dinâmicas do Estado”, e, como consequência, ocorreu uma reconcentração de terras, porém, em contrapartida, o acesso a elas foi “diversificado para além da sociedade campeira”(SILVA, 2007, p. 77).

Formação territorial da mesorregião sudoeste do Paraná

A mesorregião sudoeste do Paraná situa-se no terceiro planalto paranaense, abrange uma área de 1.163.842 hectares que corresponde a cerca de 6% do território do estado. (IPARDES, 2004b). Atualmente é composta por trinta e sete municípios agrupados em três microrregiões geográficas: microrregião geográfica Capanema (oito municípios), microrregião geográfica Francisco Beltrão (dezenove municípios) e microrregião geográfica Pato Branco (dez municípios). (IPARDES, 2000). Conforme demonstra a figura 3.

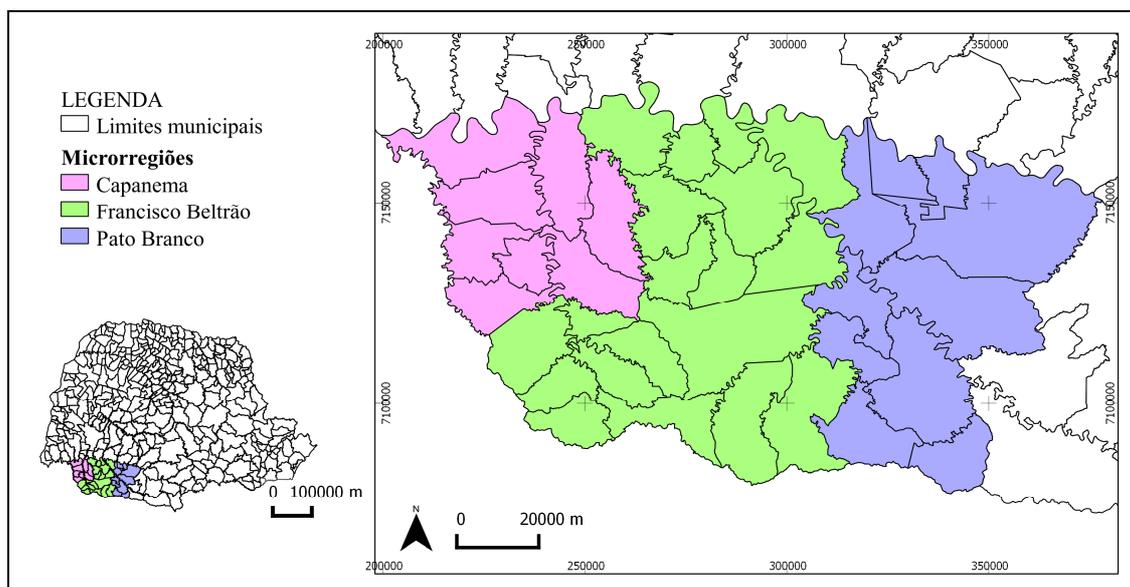


Figura 3 - Mapa de Localização da Mesorregião Sudoeste do Paraná, dividida em Microrregiões e Municípios.

Organização: GHISI, Ellen (2010).

Fonte: IBGE.

A mesorregião sudoeste do Paraná insere-se no processo histórico e geográfico de formação da grande região sudoeste, que foi a última grande região a ser efetivamente ocupada no Estado.

Ao estudar o processo histórico e geográfico da mesorregião Sudoeste, o que chama a atenção são os conflitos de terra que nela aconteceram. Conflitos que envolveram estados e países vizinhos, governo brasileiro, grileiros de terra, grandes grupos econômicos e, sobretudo, os caboclos e posseiros. Entende-se que a atual estrutura fundiária apresentada pela mesorregião é, em grande parte, decorrente do desfecho destas disputas.

De acordo com Abramovay (1981), até 1940, a população que habitava a área era formada por caboclos, sendo estes, em sua maioria, migrantes que vieram de três pontos principais: antigos agregados das fazendas de gado dos campos de Palmas, do Rio Grande do Sul, possivelmente afastados pela chegada de imigrantes europeus a partir de 1824 e população expulsa pela Guerra do Contestado.

Conforme Abramovay (1981, p.46), com a chegada dos colonos rio-grandenses e catarinenses a partir do final da década de 1940 ocorreu um “solapamento pacífico, sutil, quase imperceptível das bases da economia cabocla”. Segundo Westphalen (1985,

p.86) restou aos caboclos duas opções: “ou se adaptavam ao novo sistema que estava sendo introduzido pelos colonos sulistas ou vendiam sua posse e iam mais para o interior. Abramovay (1981, p.47) frisa que grande parte dos caboclos acabou vendendo a posse da terra que habitava e “hoje esconde-se anônimo nas encostas das montanhas”.

Antes de tratar da forma de utilização do solo desta população, que se instala na mesorregião como posseira, é necessário compreender os conflitos de terra pelos quais passaram até se tornarem proprietários, a partir de 1962, com a atuação do Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP. Os conflitos remontam ao final do século XIX, mas para os objetivos deste texto é o desfecho recente que interessa, pois permitiu a consolidação da agricultura familiar na região. Neste caso, é o ano de 1957 que interessa, tendo em vista que foi neste ano que ocorreu a reação mais incisiva dos agricultores familiares.

A origem dos fatos que culminaram na revolta de 1957, deu-se no início do século XIX, quando o governo de Santa Catarina concede a José Rupp as glebas Chopim e Missões, para que extraísse erva mate e madeira. Porém, essas mesmas glebas também foram recebidas em 1913 e 1920 pela CEFSPRG, em troca da construção de estradas de ferro no Paraná.

Desta forma, José Rupp e a CEFSPRG disputaram judicialmente a posse das terras do sudoeste durante 18 anos, até que em 1938, José Rupp venceu a disputa e pediu indenização pelos prejuízos sofridos devido à interrupção da extração de erva mate e da madeira, assim como da apreensão dos produtos que já haviam sido por ele extraídos. Em 1945, a CEFSPRG foi condenada a pagar uma grande quantia de indenização a José Rupp, porém, como os bens da companhia passaram a pertencer ao patrimônio nacional em 1940, a indenização devia ser paga pelo poder público federal.

No entanto, após inúmeras tentativas de recebimento da indenização e acordos fracassados, José Rupp, no ano de 1950, cedeu seus créditos à Clevelandia Industrial Territorial Ltda – CITLA -, portanto, o que o poder público devia agora seria pago a CITLA e não mais a José Rupp.

Surpreendentemente, no mesmo ano de 1950, a problemática do recebimento da indenização foi resolvida, ficando como pagamento agora para a CITLA não só a titulação da gleba das Missões como havia sido proposto anteriormente por José Rupp,

mas também parte da gleba Chopim. De acordo com Lazier (1986, p.41-42), após a entrada da CITLA como a recebedora da indenização:

(...) aconteceu o “milagre”, conforme documentação existente: aquilo que era ilegal passou a ser legal; aquilo que era indevido passou a ser legítimo; aquilo que era indeferido passou a ser deferido. (...) Consta que o governador do Paraná, Moisés Lupion, era um dos sócios da CITLA. O partido político que governava o Paraná era o mesmo que governava o Brasil, o PSD.

É dessa forma “fraudulenta”, nas palavras de Abramovay (1981), que essa companhia passou a vender aos colonos os mesmos lotes que anteriormente haviam sido doados a eles pela CANGO. De forma violenta, os “homens da CITLA forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam”, como sabiam que agiam de forma ilegal tinham pressa no pagamento (LAZIER, 1986, 73). Abramovay (1981, p.56) comenta que “a lei imposta pela CITLA era: ou paga, ou sai, ou morre”, e realmente, quem não seguisse as ordens da empresa corria riscos, sendo que “as vítimas se contam a dezenas”.

Cansados de serem explorados e não terem apoio prático das autoridades, em outubro de 1957 os posseiros organizados iniciam uma luta contra os grileiros e a favor da manutenção das suas propriedades de terra:

(...) após o esgotamento de todos os recursos legais, os colonos ocuparam várias cidades do Sudoeste: Capanema, Barracão, Santo Antônio, Pato Branco e Francisco Beltrão no dia 10. Só em Francisco Beltrão concentraram-se mais de 4.000 agricultores que, de armas na mão, ocuparam a cidade e expulsaram os jagunços e os grileiros (ABRAMOVAY, 1981, p.57).

Battist (2006, p.72-73) argumenta que os posseiros receberam apoio de “comerciantes e profissionais liberais, vinculados a grupos econômicos e/ou partidos de oposição ao governador [Lupion]”, porém foram os posseiros que assumiram a revolta, motivados por conceberem “a propriedade da terra como espaço de trabalho e relações, orientado para garantir a produção e a reprodução da vida e não como fonte de poder, especulação ou acumulação”.

Neste momento é importante ressaltar uma diferença básica na formação de lideranças locais nas mesorregiões centro-sul e sudoeste do Paraná. Na mesorregião centro-sul os grandes proprietários de terras, foram os que, em grande parte, se tornaram os representantes políticos locais, como se o poder político desta mesorregião

decorresse do poder econômico. Já na mesorregião sudoeste, diversas lideranças locais surgem no seio de lutas contra o latifúndio (LAZIER, 1986), ou seja, surge no meio de grupos não hegemônicos e nem detentores de grande poder econômico, que lutavam em defesa da propriedade da terra para os que nela trabalhavam e na luta contra a classe social que historicamente detém o poder econômico e político no Brasil.

A Revolta dos posseiros demonstra uma grande capacidade organizativa dos agricultores do sudoeste, que também é verificada com o surgimento, em 1960, da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural) e sua maturação até o nascimento, em 1984, no município de Cascavel - PR, a partir da parceria com outros estados e mesmo regiões do Paraná, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), como mostra Marschner (2008, p.131-132):

A Assesoar inicialmente organiza as famílias de agricultores em grupos de reflexão e ação. Estes grupos questionam a política assistencialista em vigor e passam a reivindicar um sindicalismo combativo. Parte destes pequenos grupos de base passam a se vincular à Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surgia no Paraná em 1979. Da ação organizativa da CPT, por sua vez, numa articulação de movimentos camponeses dos três estados do sul, surge, por último, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

De acordo com mesmo autor existe uma luta histórica contra o latifúndio no sudoeste que começou com a Revolta dos Posseiros em 1957. Esta luta, a partir de 1970, voltou-se, sobretudo, em defesa da “autonomia da agricultura familiar, frente aos avanços da fronteira agrícola e da revolução verde com todas as suas conseqüências”. Essa persistente resistência a esse modelo agrícola, imposto a agricultura familiar, resulta no sudoeste numa capacidade “criativa em consolidar uma vigorosa rede de pequenas cooperativas e associações de agricultores familiares” (MARSCHNER, 2008, p.132).

De acordo com Abramovay (1981) a forma de utilização da terra por esses agricultores, sobretudo, até a década de 1970, baseava-se na divisão dos estabelecimentos em três partes. Uma parte era destinada a pastagens, geralmente pequena, devido ao pequeno número de animais que se restringiam a alguns bois e uma vaca leiteira. Outra parte era dedicada a lavoura, onde o tamanho variava, sobretudo, conforme o número de pessoas que nela trabalhavam e da demanda do mercado. Nesta área era desenvolvido um “rico regime de policultura” (1981, p.75) sustentado sob o sistema de rotação de culturas, o que favorecia a fertilidade do solo. Ainda uma última

parte do estabelecimento consistia numa área de pousio ou capoeira, que segundo Abramovay (1981, p.76) “dada à estrutura fundiária da região, onde impera a pequena propriedade e praticamente inexistem latifúndios, estas terras fora de uso não estavam abandonadas”, pois “cumpriam para a economia camponesa a função fundamental de permitir a recuperação das forças do solo”.

Abramovay (1981, p.78) ressalta que os anos de 1950 a 1970 foram de prosperidade para grande parte dos agricultores do Sudoeste, o autor destaca entre os fatores que influenciaram nesta situação, o sistema de criação- policultura, sendo este sistema “a verdadeira base da economia camponesa na época”.

IPARDES (2004b, p.69) também ressalta as características agrárias da mesorregião sudoeste destacando a importância da policultura:

As características edafo-climáticas, juntamente com a policultura implantada pelos caboclos nativos e expandida pelos colonos catarinenses e gaúchos de origem européia, constituíram a base para a definição da estrutura fundiária da região, onde a pequena propriedade e a agricultura familiar predominaram, enquanto forma de organização da produção agrícola, e ainda, como um modo de vida e de relação com o mundo.

Com a incorporação de novas práticas de cultivo o Sudoeste paranaense passa por profundas alterações a partir do final da década de 1960, como exposto por Saquet (2008, p.190): “a adubação química, o uso de calcário e a mecanização da produção, lentamente, vão substituindo as técnicas de pousio e rotação de terras”, além disso, com o avanço da soja, produto destinado a exportação, intensifica-se “cada vez mais as atividades produtivas no espaço rural”.

IPARDES (2004b) corrobora a afirmação de Saquet (2008) e ainda acrescenta que este modelo de desenvolvimento agrícola vem sendo questionado devido aos impactos sociais que proporcionou:

A industrialização da agricultura no Sudoeste foi intensa mesmo naquelas áreas onde o relevo não permitia. A soja e o milho passaram a ocupar grandes extensões de terra e possibilitaram a implantação de indústrias de ração, que vieram a subsidiar a produção e industrialização da carne de aves. Atualmente, a sociedade, e principalmente seu segmento rural, vêm repensando sua estrutura produtiva, tendo em vista que o modelo apregoado pela “revolução verde” – adoção de “pacotes tecnológicos” desenvolvidos para sistemas ambientais diferentes dos nossos – trouxe para a região perda da qualidade dos solos, exclusão social e empobrecimento dos agricultores (IPARDES, 2004b, p.69-70).

À medida que essas conseqüências danosas vêm sendo percebidas verifica-se no Sudoeste uma busca pelo retorno da “diversificação da economia agrícola”, que envolve a adoção de “atividades de fruticultura tropical e temperada, gado leiteiro, **pequenas agroindústrias rurais**, olericultura, entre outras”. Esta busca pelo retorno da diversificação agrícola está ligada com a permanência, apesar das transformações ocorridas, de uma estrutura fundiária marcada pela agricultura familiar, e com a existência de uma forte organização de entidades que representam agricultura familiar e lutam por esta diversificação que de forma ampla seria responsável pela reprodução social destes pequenos agricultores. (PERIN, 2001, apud IPARDES, 2004b, p.70, grifos nosso).

Consideram-se como os dois principais motivos que contribuíram para a manutenção do grande número de agricultores familiares no sudoeste: a “disponibilidade de terras férteis conjugada ao relevo acidentado, que, ao dificultar a mecanização da agricultura em grande escala, representou uma proteção natural à agricultura familiar” e também essa característica do sudoeste de passar por uma “trajetória, sempre renovada, de organização dos produtores, visando ao acesso a terra e sua permanência enquanto importante categoria no quadro social da região”. (IPARDES, 2004b, p.105)

Configuração atual da estrutura agrária das mesorregiões centro-sul e sudoeste

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,6% enquadraram-se na categoria agricultura familiar (tabela 1), ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Porém, analisando os dados segundo as mesorregiões geográficas, verifica-se uma grande especificidade regional. As mesorregiões em análise são um bom exemplo dessa especificidade, já que a mesorregião sudoeste se destaca como o maior reduto da agricultura familiar no estado, onde 88,9% dos seus estabelecimentos se enquadram nesta categoria, que ocupa uma área de 58,4%. Na outra ponta a mesorregião centro-sul possui 81,2% de seus estabelecimentos na categoria agricultura familiares, ocupando uma área de 26,7% da área total dos estabelecimentos, ou seja, menor que a metade daquela ocupada no sudoeste.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e área ocupada, segundo tipo de agricultura, nas mesorregiões centro-sul e sudoeste do Paraná e microrregiões - 2006

Micro e Mesorregiões	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	Unidades	%	hectares	%	Unidades	%	hectares	%
CENTRO-SUL	33 588	81,2	513 993	26,7	7 780	18,8	1 413 708	73,3
MRG Pitanga	9 190	83,1	141 428	33,7	1 871	16,9	278 279	66,3
MRG Guarapuava	20 153	81,1	296 101	27,1	4 699	18,9	796 004	72,9
MRG Palmas	4 245	77,8	76 464	18,4	1 210	22,2	339 424	81,6
SUDOESTE	39 532	88,9	566 635	58,4	4 947	11,1	403 316	41,6
MRG Capanema	11 246	92,3	143 758	69,5	939	7,7	62 983	30,5
MRG Francisco Beltrão	19 588	88,2	277 868	59,5	2 612	11,8	188 749	40,5
MRG Pato Branco	8 698	86,2	145 009	48,9	1 396	13,8	151 584	51,1
Paraná	302 907	81,6	4 249 882	27,8	68 144	18,4	11 036 652	72,2

Fonte - Censo Agropecuário (IBGE).

Nota - Dados trabalhados pelos autores.

Ainda, dentro das próprias mesorregiões, ocorrem grandes diferenças. As mais marcantes ocorrem na mesorregião centro-sul. A microrregião de Palmas, com o menor percentual de agricultura familiar, 77,8%, ocupando uma área de apenas 18,4% da área total dos estabelecimentos. Na mesorregião sudoeste, a microrregião de Capanema, com maior percentual, 92,3%, ocupado por agricultura familiar, correspondendo a uma área de quase 70% do total.

No que se refere à comparação entre o número e a área dos estabelecimentos por grupo de área total (tabela 2 e 3), uma grande diferença entre as mesorregiões é verificada entre os estabelecimentos de 100 a 1000 hectares. Neste grupo de área, com relação ao número de estabelecimentos a mesorregião centro-sul apresenta, percentualmente, um valor quase três vezes maior do que a mesorregião sudoeste, 8,9% e 3%, respectivamente, o que corresponde a uma área de 46,9% no centro-sul e 27,2% no sudoeste.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, em unidades e percentual, por grupo de área total, segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste e microrregiões - 2006.

Meso e Microrregiões	0 – 10 ha		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		mais de 1000 ha		Sem área	
	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%	Unid.	%
CENTRO-SUL	14.599	34,1	21.400	51,8	3.185	8,9	189	0,6	1.995	4,6
MRG Pitanga	4.568	41,3	5.299	47,9	766	6,9	25	0,2	403	3,6
MRG Guarapuava	8.580	34,5	13.118	52,8	1.715	6,9	99	0,4	1.340	5,4
MRG Palmas	1.451	26,6	2.983	54,7	704	12,9	65	1,2	252	4,6
SUDOESTE	20.099	45,0	22.113	49,8	1.230	3,0	19	0,0	1.018	2,2
MRG Capanema	6.195	50,8	5.469	44,9	186	1,5	3	0,0	332	2,7
MRG Francisco Beltrão	9.924	44,7	11.175	50,3	541	2,4	10	0,0	550	2,5
MRG Pato Branco	3.980	39,4	5.469	54,2	503	5,0	6	0,1	136	1,4
Paraná	165.513	44,6	170.403	45,9	25.112	6,8	1.191	0,3	8.832	2,4

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Em seguida, a mesorregião centro-sul apresenta 0,6% de seus estabelecimentos no grupo de área de mais de 1.000 hectares, o que representa 20,8% do total da área ocupada por estabelecimentos, enquanto o sudoeste não chega a apresentar 0,1% dos seus estabelecimentos neste grupo, sendo que em área representa 4,2% do total. Nesta classe de área, ao se verificar em unidades de estabelecimentos, nota-se a grande diferença: a mesorregião centro-sul possui 189 dos seus 41.368 estabelecimentos e a mesorregião sudoeste 19, do total de 44.479 estabelecimentos.

Em relação aos estabelecimentos agropecuários com até 10 hectares, no sudoeste eles representam 45% do total dos estabelecimentos e ocupam uma área de 10,8%; já no centro-sul, representam apenas 34,1%, ou seja, mais de 10 pontos percentuais a menos, e ocupam 3,1% do total da área.

Entre os estabelecimentos de 10 a 100 hectares, a diferença entre as mesorregiões em números de estabelecimentos é pequena, tendo a mesorregião centro-sul dois pontos percentuais a mais de estabelecimentos neste grupo de área. Porém, no centro-sul, estabelecimentos neste grupo de área ocupam 29,2%, enquanto no sudoeste ocupam 57,9% do total da área dos estabelecimentos agropecuários.

No censo agropecuário de 2006, pela primeira vez foram levantados dados de pessoas que trabalham e produzem em estabelecimentos que pertencem a outro

proprietário. Desta forma, somou-se nos resultados do censo uma categoria denominada de “produtor sem área”. Nesta categoria, a mesorregião centro-sul apresenta, em percentual, mais que o dobro do índice do sudoeste do Paraná, 4,6% e 2,2%, respectivamente. Este dado é interessante no sentido que pode indicar que na mesorregião centro-sul a concentração de terras resultou em um número proporcionalmente maior de trabalhadores que não possuem terras, como os meeiros, os agregados, entre outros.

Tabela 3 – Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, em hectares e percentual, por grupo de área total, segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste e microrregiões - 2006.

Meso e Microrregiões	0 – 10 ha		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		mais de 1000 há	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
CENTRO-SUL	61.632	3,1	575.421	29,2	863.035	46,9	427.609	20,8
MRG Pitanga	19.147	4,6	151.595	36,1	201.449	48,0	47.513	11,3
MRG Guarapuava	36.268	3,3	339.408	31,1	446.366	40,9	270.063	24,7
MRG Palmas	6.217	1,5	84.418	20,3	215.220	51,8	110.033	26,5
SUDOESTE	100.228	10,8	558.620	57,9	276.523	27,2	42.398	4,2
MRG Capanema	31.248	15,1	128.647	62,2	39.814	19,3	7.032	3,4
MRG Francisco Beltrão	49.563	10,6	273.815	58,7	121.691	26,1	21.547	4,6
MRG Pato Branco	19.417	6,5	156.158	52,7	115.018	36,2	13.819	4,7
Paraná	725.549	4,7	4.791.744	31,4	6.814.290	44,6	2.954.952	19,3

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

De forma resumida, as tabelas 2 e 3 demonstram que, no sudoeste, aproximadamente, 70% da área é ocupada por estabelecimentos de até 100 hectares, e 30% por estabelecimentos com mais de 100 hectares. Já no centro-sul esta relação é inversa, sendo aproximadamente 30% da área ocupada por estabelecimentos de até 100 hectares e 70% por estabelecimentos com mais de 100 hectares. Esse dado deixa bem claro a diferença entre as mesorregiões em estudo, mostrando que, apesar de a mesorregião sudoeste ter passado por um processo de concentração de terras no início da década de 1970, ainda caracteriza-se pela pequena propriedade.

A comparação entre as microrregiões demonstra que a microrregião de Palmas se destaca por concentrar o maior percentual de estabelecimentos nos grupos de área com mais de 100 hectares, 14,1%; e a microrregião de Capanema, por concentrar o menor percentual neste grupo, 1,5%. Este dado confirma que entre as seis microrregiões da área de estudo, a microrregião de Palmas é a de estrutura fundiária mais concentrada; e a de Capanema, a menos concentrada.

No que se refere à produção agrícola das mesorregiões (tabela 4), constata-se que ambas concentram-se em poucos produtos, sendo os quatro principais: soja, milho, trigo e feijão, que representam de 89% (na microrregião de Guarapuava) a 97% (na microrregião de Pato Branco) de toda a área plantada das microrregiões. Isso mostra a pequena variedade da produção agrícola, que se sustenta basicamente na produção de quatro tipos de grãos. Os dez produtos agrícolas dispostos na tabela 4 representam mais de 98,5% de toda a área plantada, tanto na mesorregião centro-sul quanto na sudoeste. Convém destacar a importância da produção de fumo e mandioca na microrregião que possui o maior número percentual de agricultores familiares - microrregião de Capanema - evidenciando a relevância destes produtos na produção familiar.

Tabela 4 – Área plantada, em percentual, com os principais produtos agrícolas das lavouras temporárias e permanentes, segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste e microrregiões – média entre 2006, 2007 e 2008.

Produtos	SUDOESTE			CENTRO-SUL		
	MRG Capanema	MRG Francisco Beltrão	MRG Pato Branco	MRG Pitanga	MRG Guarapuava	MRG Palmas
Soja	45,1	32,7	56,5	42,0	40,9	59,2
Milho	23,6	45,5	21,0	33,8	32,5	17,7
Trigo	20,9	10,3	11,2	5,7	9,2	8,1
Feijão	3,6	5,3	8,4	9,3	6,6	8,1
Cevada	-	-	0,2	0,8	4,7	3,2
Aveia	-	0,5	1,1	1,8	2,1	0,9
Mandioca	2,7	1,6	0,5	0,9	0,4	0,4
Fumo	2,0	1,8	0,2	0,9	0,6	0,1
Erva-mate	0,2	0,1	0,1	1,5	0,2	0,2
Trilicale	0,1	0,1	0,3	1,5	1,4	0,6
Outros	1,6	2,1	0,6	1,7	1,5	1,4

Fonte: Produção agrícola municipal (IBGE).

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Apesar da produção agrícola das mesorregiões centro-sul e sudoeste serem muito semelhantes, centradas em poucos produtos, a tabela 5 mostra um destaque muito grande para a produção da agroindústria rural no sudoeste. Esta mesorregião destaca-se tanto em relação à quantidade produzida quanto em relação à diversidade da produção, que vai desde doces e sucos, até carnes e derivados. Dentro da própria mesorregião sudoeste, destacam-se as microrregiões de Francisco Beltrão e Capanema como as mais dinâmicas quanto à agroindústria rural, e são justamente estas que possuem os maiores percentuais de agricultores familiares em seu interior, reafirmando a influência da agricultura familiar neste setor.

Tabela 5 – Quantidade produzida de produtos da agroindústria rural, segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste e microrregiões – 2006.

PRODUTOS	SUDOESTE			CENTRO-SUL		
	Capanema	Franc. Beltrão	Pato Branco	Pitanga	Guarapuava	Palmas
Fubá de milho (Toneladas)	30	15	-	-	-	-
Melado (Mil litros)	65	55	20	1	5	4
Pães, bolos e biscoitos (Toneladas)	204	358	4	-	4	-
Queijo e requeijão (Toneladas)	230	443	184	101	189	20
Carne de bovinos (verde) (Toneladas)	501	833	51	47	22	109
Carne de suínos (verde) (Toneladas)	419	638	46	126	53	29
Carne tratada (de sol, salgada) (Toneladas)	10	1	-	-	-	-
Carne de outros animais (verde) (Toneladas)	233	311	2	12	15	20
Carvão vegetal (Toneladas)	-	-	-	-	1066	427
Embutidos (lingüiças, salsichas, etc.) (Toneladas)	27	135	53	-	-	16
Aguardente de cana (Mil litros)	-	145	34	-	25	-
Vinho de uva (Mil litros)	33	305	63	-	4	10
Fumo em rolo ou corda (Toneladas)	-	23	-	-	-	-
Sucos de frutas (Mil litros)	23	60	-	-	7	-
Doces e geléias (Toneladas)	2	18	-	-	1	1
Manteiga (Toneladas)	1	3	-	-	-	-
Rapadura (Toneladas)	7	9	-	-	1	-
Arroz em grão (Toneladas)	2	2	1	32	146	702

Fonte: Censos agropecuários (IBGE)

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

De acordo com Savoldi (2010), a pequena agroindústria rural foi uma forma de reprodução econômica e social da agricultura familiar no sudoeste paranaense. O interessante é que esta alternativa baseia-se em conhecimentos adquiridos a longo tempo pela população, pois a produção de doces, produtos derivados do leite ou da carne, historicamente, é ligada à produção familiar. Portanto, pode-se considerar a agroindústria rural como um processo endógeno de desenvolvimento, que se fortalece a partir da identidade e potencialidades desses agricultores. A dinamização dessas agroindústrias relaciona-se também a presença de instituições e organizações sociais, que, segundo IPARDES (2009), encontram-se em grande número e muito relacionadas à agricultura familiar no sudoeste paranaense.

Por outro lado, em relação ao segmento enfocado, na mesorregião centro-sul destacam-se, basicamente, poucos produtos: carvão vegetal, carnes e queijos e requeijão, indicando o perfil produtivo bastante diferente entre as mesorregiões, inclusive no que se refere ao próprio segmento da agricultura familiar.

Índice de participação cívica

Cunha (2003, p.88) ao abordar a fragmentação territorial municipal, ressalta que a criação de um novo município relaciona-se à emancipação política de um distrito municipal, o que “significa que um determinado grupo político conseguiu libertar-se do domínio político que era exercido por um outro grupo”. O autor analisou esse processo político no Paraná Tradicional e concluiu que:

Fica evidente que o menor número de emancipações municipais observado nessa região tem suas raízes na própria estrutura política regional. Nesse caso, o que se pode destacar é que o poder político estabelecido ainda hoje nessa região é fortemente oligárquico, concentrado nas mãos de poucas famílias tradicionais, normalmente, grandes proprietárias de terras (...). Com essa classe politicamente dominante centralizada nessa região, certamente, as dificuldades para abertura de novos canais de representação política, mais próximos da população das comunidades rurais baseadas em determinados distritos municipais, tornaram-se muito mais difíceis, o que acabou por influenciar os níveis da participação política regional (CUNHA, 2003, p.88).

Neste sentido, os dados da tabela 6 mostram a profunda diferença entre o tamanho médio dos municípios da mesorregião centro-sul, que é de 914 km², comparado com os da mesorregião sudoeste, que é de 315 km², comprovando que na mesorregião centro-sul o processo de fragmentação territorial municipal foi muito menos significativo.

Tabela 6 – Tamanho médio dos municípios segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste e suas respectivas microrregiões – 2008.

Meso e Microrregiões	Área ocupada (Km ²)	Área do estado ocupada (%)	Número de municípios	Tamanho médio dos municípios (Km ²)
CENTRO-SUL	26.508,24	13,25	29	914,08
MRG Pitanga	4.904,63	2,45	6	817,44
MRG Guarapuava	16.188,96	8,09	18	899,39
MRG Palmas	5.414,65	2,71	5	1.082,93
SUDOESTE	11.645,79	5,82	37	314,75
MRG Capanema	2.319,62	1,16	8	289,95
MRG Francisco Beltrão	5.446,87	2,72	19	286,68
MRG Pato Branco	3.879,31	1,94	10	387,93
Paraná	199.880,20	100	399	500,95

Fonte: IPARDES.

Nota: Dados trabalhados pelos autores.

Assim, a fragmentação municipal foi mais intensa no sudoeste, onde a agricultura familiar é dominante, do que no centro-sul, que se insere em um processo histórico e geográfico de formação territorial baseado em grandes propriedades rurais.

Em princípio, os dados indicam que a baixa fragmentação territorial pode estar ligada a existência e permanência até hoje de um forte poder oligárquico na mesorregião centro-sul, que dificulta o surgimento de lideranças políticas mais próximas a comunidade. Desta forma, cabem as observações de Brandenburg sobre o nascimento da identidade política na mesorregião sudoeste, onde fica clara a contraposição a esse domínio oligárquico observado no Paraná Tradicional:

Os colonos do (...) sudoeste do Paraná, conseguem reproduzir um modo de vida e construir sua identidade política que os contrapõem aos latifúndios, aos grandes grupos empresariais, aos bancos e ao estado. Nesse sentido, na medida em que assumem características próprias enquanto força social organizam-se de forma independente e participam da vida política no âmbito da sociedade através de seus próprios representantes. É, pois, freqüente encontrar no sudoeste filhos de agricultores e mesmo agricultores atuantes no movimento organizado que foram eleitos para a esfera da representação política com votos dos colonos (1998, p.98).

Abramovay (1997, p.76-77) ao tratar da questão da divisão de municípios em diferentes estruturas agrárias argumenta que “a América Latina, para usar a feliz expressão de Emiliano Ortega (1992), é um Continente sub-municipalizado. Enquanto um país como a França possui 27 mil unidades administrativas locais, a América Latina, no seu conjunto, possui 17 mil municípios”.

Dessa forma, Abramovay (1997, p.76-77) defende que “nas regiões onde predominam as grandes fazendas não existe hoje vida política e associativa no meio rural”. Sendo assim, “as funções socializadoras convencionalmente desempenhadas pelas grandes fazendas coloniais (...) desapareceram com a expulsão de seus moradores e não foram substituídas por instituições públicas voltadas às necessidades da maioria.” Em contrapartida, a unidade familiar seria a responsável pela formação de uma “sociedade civil no meio rural” na medida em que é um “elemento decisivo para que haja a pressão social na oferta racionalizada de serviços (transportes, educação, comunicações, eletricidade) e, portanto, para que se reduzam as diferenças entre a vida social na cidade e no campo”.

Então, pode-se dizer que onde existe maior número de agricultores familiares, existe maior índice de capital social, já que a busca por melhorias que favoreçam a sociedade como um todo, ou seja, a preocupação com o bem estar coletivo é mais intensa nesses locais. Busca-se discutir esta hipótese a partir da comparação dos dados de associações e cooperativas e/ou entidades de classe e participação espontânea em referendo, pois se aceita que o nível de capital social pode ser percebido através de observações de fatores como:

a efervescência no número de associações; o número expressivo de leitores de jornais, o que indicaria um interesse pelos assuntos comunitários, regionais e nacionais; participação espontânea em referendos e, em países onde não existe esta obrigação, votar nas eleições, permitindo assim aos representantes do povo a levar em consideração a opinião do cidadão nas suas decisões políticas (PUTMAM apud NASCIMENTO, 2007, p.5).

A figura 4 mostra a distribuição das abstenções eleitorais registradas no referendo de 2005. Neste referendo consultou-se a população quanto à proibição ou não da comercialização de armas e munições. É possível observar no mapa a concentração dos maiores índices de abstenções no centro-sul, cuja média foi de 25%, enquanto na mesorregião sudoeste foi de 19%, ou seja, seis pontos percentuais a menos, indicando maior participação da população do sudoeste paranaense.

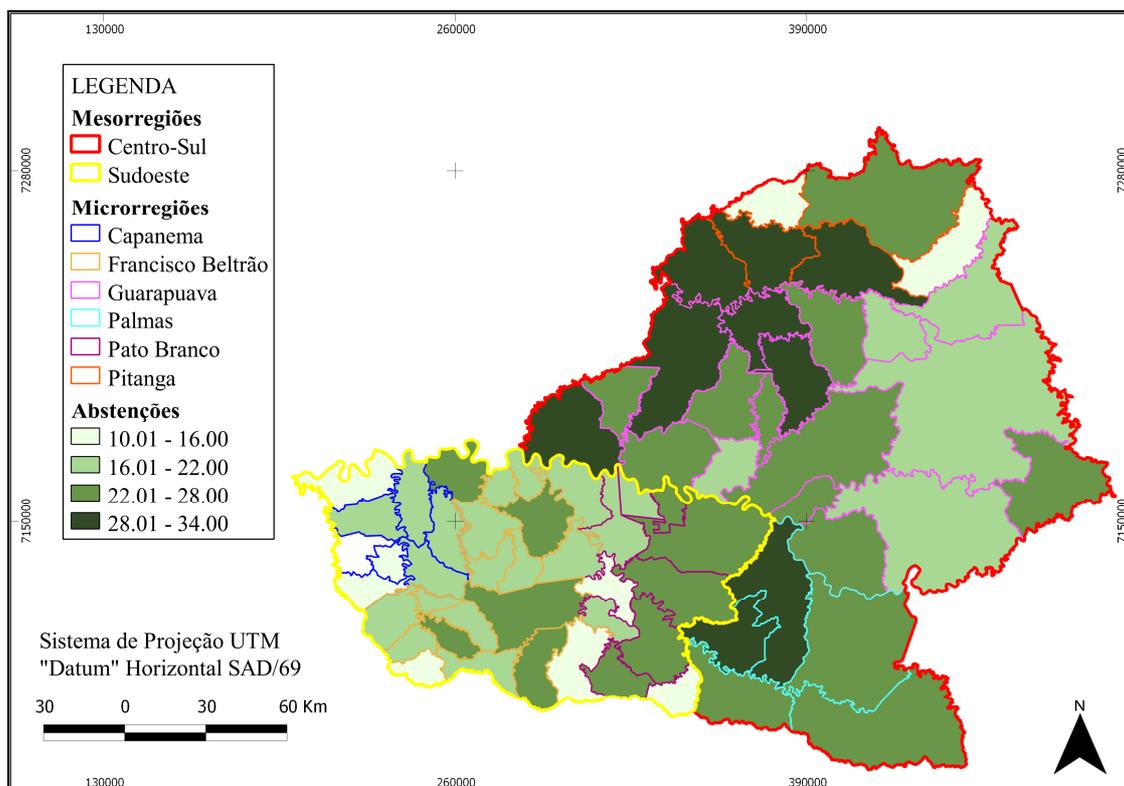


Figura 4 - Mapa de distribuição das abstenções eleitorais, em percentual, no referendo de 2005, segundo as mesorregiões centro-sul e sudoeste do Paraná, microrregiões e municípios. Organização: GHISI, Ellen (2010). Fonte: IBGE.

A segunda variável utilizada foi a intensidade de associados em cooperativas e/ou entidades de classe (tabela 8). Nesta variável, o que se observou foi um nível de participação cooperativista muito próximo entre as duas mesorregiões, porém, no que diz respeito à associação em entidades de classe a mesorregião sudoeste possui um maior percentual de participantes, assim como na associação simultânea em cooperativas e entidades de classe.

A participação significativa em cooperativas na mesorregião centro-sul pode estar relacionada ao que determina a lei que regulamenta a sua organização, esta lei define o número mínimo de 20 produtores para que uma cooperativa possa ser registrada. As cooperativas são organizações burocráticas bem mais complexas e correspondem basicamente a uma empresa como outra qualquer, com responsabilidades contábeis e tributárias mais complexas. Dessa forma, não é qualquer grupo de produtores que pode optar pela organização cooperativa que acaba sendo mais bem adaptada a agricultura não familiar.

Neste item é interessante considerar a variação em termos microrregionais, pois se verifica que a maior participação em entidades de classe, 27,8%, é a apresentada pela microrregião de Capanema, a qual também apresenta o maior percentual de agricultores familiares, comparando-se com as demais microrregiões do sudoeste e do centro-sul. Em contrapartida, o menor percentual em entidades de classe é o da microrregião de Palmas, 10,1%, a qual possui tanto a maior área média municipal, quanto o menor percentual de agricultores familiares.

Tabela 8 - Número percentual de estabelecimentos agropecuários cujo produtor é associado à cooperativa e/ou entidade de classe – 2006.

Meso e Microrregiões	Associado	Cooperativa	Entidade de classe	Cooperativa e entidade de classe
CENTRO-SUL	45,6	16,1	19,5	10,0
MRG Pitanga	46,5	12,5	22,8	11,2
MRG Guarapuava	43,5	11,1	25,5	6,9
MRG Palmas	46,8	24,8	10,1	11,9
SUDOESTE	65,3	16,2	25,7	23,3
MRG Capanema	68,9	13,3	27,9	27,7
MRG Francisco Beltrão	61,3	15,8	24,3	21,2
MRG Pato Branco	65,5	19,4	25,0	21,1
Paraná	42,6	20,3	15,63	6,6

Fonte: Censo agropecuário (IBGE).

Nota: *sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.

A participação intensa, sobretudo em entidades de classe no sudoeste, corrobora a afirmativa do IPARDES (2009, p.42), de que existe nesta mesorregião uma variedade de “instituições e organizações sociais, principalmente relativas às diversas formas de organização do meio rural, relacionadas à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária e dos agricultores atingidos pelas barragens das hidrelétricas”.

Entre as instituições e associações existentes no Sudoeste de acordo com IPARDES (2009) estão:

- Sistema de Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar Integrada - COOPAFI;
- Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Solidário – SICRED;

- Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar - SISCLAF, que representa 23 cooperativas no Sudoeste do Paraná e conta com mais de 4 mil famílias associadas;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul - Fetraf-Sul;
- Sindicatos rurais - patronais;
- Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP - que congrega 42 municípios da região;
- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESSOAR;
- Casa Rural;
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA;
- Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná e o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Neste sentido, vale recorrer a Putnam (1996, apud NASCIMENTO, 2007, p.6) para perceber o quanto é relevante o papel de associações para a vida política de um local:

No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. (...). Isso é corroborado por dados extraídos de pesquisas sobre cultura cívica realizadas com cidadãos de cinco países, incluindo a Itália, mostrando que os membros das associações têm mais consciência política, confiança social, participação política e ‘competência cívica subjetiva’.

Portanto, “considerando que os índices de participação política e cívica de um território regional são fundamentais na definição dos níveis de capital social regional”, pode-se concluir que os níveis de capital social da mesorregião sudoeste do Paraná são maiores que os da mesorregião centro-sul. Mas estas indicações preliminares precisam ser melhor estudadas em trabalhos mais específicos e aprofundados para que se possa ter uma posição mais abalizada sobre a questão.

Considerações finais

A análise permitiu constatar que as estruturas fundiárias das duas mesorregiões apresentam algumas diferenças marcantes. A divisão do número de estabelecimentos não mostra uma grande diferença, porque tanto a mesorregião sudoeste, como a centro-sul apresentam percentuais importantes de estabelecimentos considerados como de

agricultura familiar. No entanto, a área ocupada por estes estabelecimentos é menor, em termos relativos, na mesorregião centro-sul. Além disso, a mesorregião sudoeste apresenta maior número de estabelecimentos nos segmentos de menor área, indicando algum nível de minifundização. Uma diferença marcante é o número significativamente maior de estabelecimentos com mais de 1.000 ha na mesorregião centro-sul do que na sudoeste, confirmando que é possível diferenciar as duas estruturas fundiárias mesorregionais, classificando a mesorregião sudoeste como centrada na agricultura familiar e a centro-sul como marcada de forma decisiva pela agricultura não familiar.

Esta diferença está relacionada a processos histórico-geográficos distintos. A mesorregião centro-sul apresenta um processo relacionado à formação territorial que caracteriza a Grande Região do Paraná Tradicional relacionada à criação de gado e o tropeirismo, que deram origem a Sociedade Campeira, marcada pelo latifúndio e a escravidão. A mesorregião sudoeste foi definida a partir da ocupação intensa realizada pelos migrantes sulistas descendentes de agricultores coloniais familiares do Rio Grande do Sul, os quais partiram do centro e nordeste do mesmo estado e do oeste de Santa Catarina e se instalaram no sudoeste do Paraná. Estes migrantes reproduziram seu modo de vida no sudoeste, substituindo o modo de vida da sociedade cabocla que existia antes, baseada numa ocupação bastante rarefeita e de economia com baixa monetarização.

Os dados sobre participação política e organização social indicam que as trajetórias das duas mesorregiões também apresentam diferenças. Pôde-se comprovar que os níveis de participação política e associativismo são maiores na mesorregião sudoeste. Estas indicações são preliminares e baseadas em poucas variáveis, mas já fornecem indicações importantes de que os índices maiores da mesorregião sudoeste podem estar relacionados ao processo histórico-geográfico que deu origem a uma estrutura fundiária na qual a agricultura familiar é marcante. Os resultados encontrados corroboram conclusões encontradas em outros trabalhos que foram discutidos e relacionam estes elementos diferentes níveis de participação cívica, conforme a teoria do capital social. O trabalho pode fornecer subsídios importantes para pesquisadores e planejadores que relacionam capital social e desenvolvimento, como forma de buscar aprimorar os programas e projetos que buscam promover o desenvolvimento regional e local.

Notas

¹ Segundo Brandenburg (1998, p.84) “o colono representa o imigrante estrangeiro que se estabeleceu livremente no sul em pequenos lotes ou glebas, onde a ocupação se fez independente do fazendeiro”.

² “A característica principal deste sistema é que, inserido no latifúndio ou gravitando em torno dele, existem um grande número de pequenos estabelecimentos, nos quais as famílias camponesas não conseguem produzir o mínimo necessário para reprodução social, precisando vender sua força de trabalho aos latifundiários”. (Cunha, 2003, p.41)

³ Lazier (1986, p.82) cita Walter Alberto Pècoits, Luiz Prolo e Ivo Tomazoni como os políticos mais atuantes que surgiram na Revolta dos posseiros.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v.11, nº2, Abr/jun, 1997, p.73-78. Disponível em http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos.htm.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - São Paulo: USP, 1981. Disponível em http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos.htm.

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org). **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-149.

BRANDENBURG, Alfio. Colonos: subserviência e autonomia. In: Ferreira, Ângela Duarte; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998, p.71-214.

BRASIL. Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Seropédica: UFRJ/CPDA, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregião geográfica centro-sul paranaense**, Curitiba, 2004a. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=2004>.

_____. **Leituras regionais:** mesorregião geográfica sudoeste paranaense, Curitiba, 2004b. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=2004>.

_____. **Os Vários Paranas:** Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades, Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=2009>.

_____. Relação dos municípios por micro e mesorregião do Paraná, 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=133>.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense.** Curitiba - SECE/BPP, 1986.

MARSCHNER, Walter. De “comunidade” para “sociedade”: Memória social e luta por autonomia nos 50 anos da revolta dos colonos no sudoeste do Paraná. **Revista Fronteiras:** Dourados, MS, v. 10, n. 18, jul./dez. 2008, p. 119-136.

NASCIMENTO, Flávia Maria Costa. Capital social e associativismo de pescadores do município de Bragança-PA. **Revista Científica da UFPA.** V.6, nº1, 2007, p.1-20. Disponível em <http://www.cultura.ufpa.br/rcientifica/>.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. 2004. Disponível em <http://www.scribd.com>.

SAQUET Marcos; SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. **Revista Terr@Plural,** Ponta Grossa, v.2 n.2, jul./dez., 2008, p. 183-197. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1173>.

SAVOLDI, Andrea. **A agroindústria de pequeno porte como forma de reprodução social e econômica da agricultura familiar do sudoeste do Paraná.** Dissertação (mestrado em gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

SILVA, Márcia da. **Análise Política do Território:** Poder e Desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias:** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores associados, 2002.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1977.

Artigo recebido em 23/01/2011 e aceito para publicação em 15/07/2011.